

O “CAMINHO DE AMERICÁ”: VIAJANDO NO TEMPO SEM SAIR DO LUGAR

RONALDO LOBÃO
Doutorando PPGAS/UnB

Gente das areias: História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Maricá – 1975 a 1995, de Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel. Niterói: EdUFF, 2004. 419 p.

Este é um livro singular e plural ao mesmo tempo. Singular principalmente por articular sincronia e diacronia em planos superpostos e sucessivos. O drama social que retrata, o *caso* da luta dos pescadores da Praia de Zacarias, é desdobrado em direção ao passado e ao futuro, a partir do início do mês de setembro de 1975. Seu início corresponde a uma mortandade de peixes no Lago Grande de Maricá, no litoral do Estado do Rio de Janeiro, contato de um dos autores com *lôcus* etnográfico, a Praia de Zacarias. Desse ponto o leitor viaja com os autores no tempo, fixados no mesmo espaço, para conhecer a saga de Juca Tomás, as representações sobre a natureza local, tanto dos viajantes naturalistas dos séculos passados como dos urbanistas modernos. Sua singularidade também advém de seu refinado projeto gráfico (de autoria de Majoí Ainá Vogel), que aumenta o prazer de sua leitura, possibilitando o acompanhamento das notas e referências sem esforço.

Além disso, é plural em vários sentidos. Não só por sua dupla autoria, afinal esta não é a primeira publicação conjunta dos autores. Mas pelo uso da pessoa de fala também articulada entre o *eu*, do etnógrafo e o *nós* da reflexão sobre os acontecimentos e suas implicações. No primeiro e no último capítulo predomina o tratamento no singular, destacando a presença

do etnógrafo no campo e ao final da narrativa, quando ele se permite sonhar. É plural, também, por ousar reunir elementos de análise sobre os dados de campo vinculados à história do pensamento social brasileiro, da geologia, da biologia, do direito. Os autores ampliam, de forma insofismável, os limites da interpretação *maussiana* acerca da antropologia social como correspondendo aos domínios da sociologia jurídica e da sociologia moral, na tradição francesa.

A pesquisa de campo debruçou-se sobre um drama social que fora resumido pelos moradores de Zacarias – a “A Aldeia dos Irredutíveis” – no tropo “a luta do tostão contra o milhão”. Sua narrativa buscou “descortinar, num golpe de vista, o campo em seu conjunto, escolhendo as situações e os detalhes [...] para que se evidenciem de modo consistente e verossímil, o perfil do processo, bem como as motivações dos atores e, dessa forma, o sentido geral do drama” (: 15).

O livro está estruturado em oito capítulos. No primeiro capítulo, ‘Busca, encontro e vicissitudes do caminho’, encontramos o pesquisador de campo em sua faina. São várias fases que se desdobram. O período durante os quais Marco Antônio Mello esteve em contato estreito com os moradores de Zacarias é apresentado em quatro períodos: o período do Programa voltado para o fortalecimento da pescaria artesanal (Pescart) da antiga Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), extinto em 1979; o tempo em que ocupou o barracão de Henrique; a fase em que morou em uma casa alugada no povoado; e os momentos em que a genealogia foi finalizada. Realizada durante quase quinze anos, a pesquisa praticamente transformou o etnógrafo em um “estrangeiro de dentro”. É desse espaço singular que os autores vão buscar compreender o território em primeiro lugar.

No segundo capítulo, o leitor é levado a acompanhar os viajantes naturalistas, Backheuser, Luckock, M. Wiedneuwied, Darwin, em suas passagens pelas lagoas e restingas de Maricá, o “caminho de América”. Ficam conhecendo a “idiopatia” do sistema lagunar, que criado pela retificação do litoral, tem como destino geológico sua transformação em charcos, pântanos e baixadas. Entretanto, as intervenções antrópicas tradicionais sobre o processo dão conta de que, no tempo histórico, as aberturas de barras temporárias eram capazes de revitalizar o sistema lagunar, trazendo fartura de peixes e camarões. A ideologia do saneamento não podia conceber um sistema que fosse instável, que oscilasse entre o insalubre e o salubre, e um canal permanente foi aberto em Ponta Negra, no ano de 1951, destinado a

uma solução definitiva para os males do sistema lagunar. A despeito de algumas vitórias, como o fim do impaludismo, os resultados não foram os esperados e a pesca lagunar começou sua espiral descendente. Em 1975, o governo do Estado do Rio de Janeiro foi forçado a abrir uma barra de emergência, que acabou por se revelar uma farsa.

Na busca de conhecer mais os atores e as concepções em conflito no período, os autores levam o leitor, no terceiro capítulo, “Natureza e Sociedade: ciência e ficção”, a conhecer um dos pilares do pensamento social brasileiro do início do século XX: a ideologia do saneamento. Durante a República Nova, nossa versão do Estado Higienista, de que nos fala Pierre Rosanvallon, teve em Hildebrando de Araújo Góes seu mais destacado ícone. Acompanhando a ácida crítica de Saint-Hilaire, ao preconizar que na região tudo o que era do engenho humano estaria decadente, os autores tecem uma acurada crítica à construção da decadência do homem do campo, do homem da lagoa, do pescador artesanal da restinga. O leitor pode acompanhar a comprovação da oposição de Sílvio Romero entre o caipira e o citadino nas obras e personagens de Monteiro Lobato – o Jeca Tatu de Urupês – ou de Alberto Lamego Filho – o muxuango da restinga ou o mocorongo do campo.

Os autores resgatam as palavras de Lamego sobre o pescador artesanal: “A pesca não é polidora de costumes. Não gera a previdência com o manancial vizinho e sempre farto. Não cria necessidades novas com seu ambiente rotineiro. Assim é que morosamente evolve a gente das restingas” (: 121). Para esse diagnóstico, os autores apresentam a tríade do saneamento: educação, saneamento, povoamento. Os principais atores no desempenho dessa terapêutica são: a professora primária, o médico e o engenheiro. O papel do Estado foi dar as condições de aplicação do tratamento: reduzir os pescadores artesanais nas Colônias de Pesca. Nas palavras de Mello e Vogel:

A colônia de pesca é, pois, um artifício para fazer coincidir os limites da nação e do estado com os limites da sociedade. Com ela se pretendia, ao mesmo tempo, estender a legalidade (ampliando e protegendo a cidadania) e estimular a produtividade econômica, prejudicada pelas forças da dispersão e do particularismo (: 145).

Uma “aglomeração muxuanga”, tipicamente praia, possui seus moradores voltados exclusivamente para as pescarias, porém pouco voltados para a vida em grupo. A Colônia de Pesca inaugura uma forma nova de ocupação do espaço social da pesca. É um “*comptoir* onde se fazem regis-

tro de homens, apetrechos, embarcações e ocorrências, além de se manter uma contabilidade das safras e das cotas que cabem a cada associado" (: 151). Por meio das colônias de pesca a República Nova estava impondo no litoral o controle sobre a sociedade – necessário à governabilidade. Os autores lembram a figura de Oliveira Viana, que via as colônias de pesca como "embriões de futuras cidades" (: 152).

Em resumo, a ideologia do saneamento legitimava a tutela do Estado que se instalava e o povoado de Zacarias podia ser considerado como um dos últimos locais onde se praticava a pesca lagunar, um "lugar de resistência, não sem perdas, ao assédio do *reino urbano*" (: 153).

No capítulo quarto, "Zacarias sitiada", é feita uma descrição da história de uma traição. Essa história é tratada pelos autores como um *drama social*, pois percorre os quatro estágios descritos por Victor Turner, e se trata de um *processo em que está em jogo a própria continuidade do grupo local*.

Os elementos teóricos de análise provêm da Escola de Manchester. O drama social é analisado nos termos da disputa, do conflito entre partes antagonicas, da alocação de responsabilidades, dos processos políticos, dos ritos jurídicos e dos rituais. O caso é visto como um documento etnográfico singular "através do qual a vida em sociedade assume a forma sintética de um modelo holista" (: 168).

A *crise* de 1975 e o processo de alocação de responsabilidades que se sucede têm como sucedâneo a eclosão da ruptura do conflito, ou da "luta do tostão contra o milhão". Entram em cena o Plano Diretor de urbanização da Antiga fazenda de São Bento da Lagoa, a Cidade de São Bento da Lagoa e o empresário Português Lúcio Thomé Feteira. O memorial da nova cidade contempla a descrição de um novo projeto histórico, geográfico e social para a região, contemplando uma *nova* viagem até Maricá.

Em 1978, as quarenta famílias de pescadores de Zacarias entram na justiça com uma Ação Popular contra as obras da Cidade de São Bento da Lagoa, pois o ambicioso projeto imobiliário não se realizava em um vazio demográfico. A história da traição é um confronto de discursos: o discurso do memorial da nova cidade, os discursos dos viajantes e o discurso de um *lugar* (: 209).

No quinto capítulo, "A Aldeia dos Irredutíveis", o discurso desse lugar está associado à saga de Juca Tomás, ou de "três irmãos que casam com três irmãs", da qual o leitor toma conhecimento de forma indireta. As múltiplas famílias de Juca Tomás são apresentadas não só como unidades

de consumo, apesar de Juca Tomás ser um bom provedor, fruto do sucesso comercial de seu armazém. “Cada uma delas funcionava, também, como um manancial de recursos materiais e humanos” (: 215). Entretanto, a *casa grande*, o armazém, não sobreviveu à sua morte. O patronímico sim, principalmente em Zacarias (: 220).

No ano de 1978, o povoado já estava dividido entre os “vendidos” e os “irredutíveis” (: 231), pois vários moradores de Zacarias haviam vendido suas casas para o empresário. É dessa fase que o leitor tem acesso à descrição da vida dos pescadores, de suas casas, de como criavam seus filhos, de como ocupavam os espaços públicos. Para os autores de “Quando a rua vira casa”, as dimensões simbólicas da casa e dos ranchos de pesca assumem posições dicotômicas entre o universo feminino e o masculino, respectivamente. Tanto os espaços públicos como os privados são percebidos como pertencendo ao grupo patronímico comum, fruto de uma ordem consuetudinária construída em torno de uma família-tronco: os Marins, descendentes de Juca Tomás.

A casa, nesse universo, é portadora de uma dupla dimensão. A primeira corresponderia ao patrimônio *stricto sensu*, ou seja, os “bens materiais, agrupados em torno da edificação que surge como a matriz de determinado grupo doméstico” (: 255). A segunda dimensão tem na casa a designação das pessoas que “constituem esse grupo, o qual se nutre e se reproduz, graças a uma determinada forma de manejo desse patrimônio” (idem). A essa dupla dimensão os autores dão o nome de “associação de corpos e bens”.

Foi a força dessa associação que os manteve unidos, capazes de conduzir uma luta de resistência que se arrastou desde 1955. Combateram laudos periciais inconsistentes com a realidade, construíram uma “razão dos irredutíveis”, que os tornou aptos a sustentar em juízo, por meio de uma “narrativa vindicatória” com o testemunho dos “casos antigos” (: 280), o *animus domini* sobre a teoria da posse e fazer valer a ordem costumeira sobre a ordem legal (: 282). Nesse drama, a razão histórica seguiu paralelamente à cadeia possessória da terra.

A luta de Zacarias acabou construindo tropos específicos sobre a genealogia – a casa e a família –, o lugar – a restinga e a lagoa – e a luta – o tostão contra o milhão. Uma marcha de carnaval local, do ano de 1983, é uma síntese desses tropos:

Nosso lugar

(Nizinho, sobrinho neto de Juca Tomás)

I

Na Praia de Zacarias,
Onde meu avô veio morar,
Foi aqui que eu nasci,
Foi aqui que eu me criei,
E é aqui que eu vou ficar

II

Veio uns moços lá de fora
Querendo a terra tomar
Foi assim que reunimos
E começamos a brigar

III

Briga um tostão contra um milhão
Como é que podemos ganhar
A Mentira se acabou
A verdade é que chegou
E nós ficamos no lugar (: 285-286)

Nessa marcha vemos que os pares nativos/verdade e estrangeiro/mentira são mediados pelo lugar. Os autores passam a "estranhar" o termo, pois ele é recorrente em Zacarias. O sentido da categoria local *lugar* corresponde não somente à "designação de um recorte topográfico, mas como a expressão de uma topologia, em conexão com os sentimentos, adquire feições de *topofilia* – lugar praticado, *lugar* estimado" (: 288).

Mas as chaves de Zacarias não abrem apenas as portas para a compreensão da relação com o *lugar*: ampliam os espaços de pertencimento mútuos. Reúnem nos seus espaços de moradia e nos cultivos na lagoa "o *habito* ao *diligo*; a moradia ao cuidado; à estima, ao bem querer, a uma finidade eletiva. [...] No *habito* e *diligo* desses pescadores, entretanto, está a *razão dos irredutíveis*, o seu *logos*" (: 289).

E assim, Mello e Vogel voltam às lagunas, no sexto capítulo, "A lavoura do pescador", agora por meio dos relatos dos pescadores. É apresen-

tada a “pesca de galho”, que corresponde à sua lavoura. Os galhos que vão sendo colocados no fundo da lagoa constroem *lugares* para os peixes, em um processo de querência semelhante ao desenvolvido na terra, pois os galhos enterrados se transformam nas *casas* dos peixes. As marcas dos ganhos constroem uma semiologia da lagoa, pois cada pescador é capaz de voltar aos seus galhos, pelas marcas, inscritas apenas em suas mentes. Tudo se passa como se nessa lavoura houvesse um acordo entre presa e predador, entre peixes e pescadores (: 324).

Mas esse acordo não se dá em um espaço qualquer. Ele é celebrado em um sistema lagunar que tem no aprisionamento sucessivo e transitório de águas doces e salgadas, irrigadas por rios e mares, o ritmo de sua consecução. É, então, a relação entre o mar e a lagoa que é tratada no sétimo capítulo: “O conúbio das águas”.

As barras temporárias são representadas pelos pescadores como uma relação sexual em que a lagoa – fêmea – aprisiona o sêmen do mar – macho. Nos trinta dias em que uma barra fica aberta, o ritmo das marés simula o movimento do conúbio de águas doces e salgadas, da lagoa e do mar, fecundando a lagoa com larvas de camarões e peixes que se desenvolverão no interior da lagoa, para depois retornarem ao mar ou serem capturados pelos pescadores.

Entretanto, ao longo do século XX, o processo de urbanização da região fez com que o equilíbrio e o ritmo da salinização e dessalinização do sistema lagunar fosse prejudicado e rompido definitivamente com a abertura do canal permanente de Ponta Negra. Foi no mesmo ano de sua abertura, 1951, que ocorreu a última abertura de barra orientada pelos *mestres riscadores* portadores do saber tradicional das aberturas de barras.

A descrição dessa abertura (: 331-335) mostra ao leitor tanto a força de determinados saberes naturalísticos quanto sua fragilidade. Com graus de previsibilidade elevados em cenários constantes, não incorporam com a rapidez necessária mudanças nas variáveis condicionantes. Poderíamos dizer que esse saber é “pretérito” por estar ancorado no passado. Por outro lado, a ciência, ou a engenharia sanitária no caso, com suas certezas, com sua capacidade argumentativa e desejo de controlar todas as variáveis de um sistema para sua solução, é sempre “futura”, pois está ancorado em um desejo de que a realidade se comporte como o modelo.

No Lago Grande de Maricá o encontro dos dois saberes mostraram suas fragilidades e incompatibilidades. Nem um nem outro foi potente o sufi-

ciente para produzir sozinho os resultados desejados. O que prevaleceu foi a conjugação dos dois e, em 1983, o etnógrafo pode presenciar uma abertura de barra temporária e o conúbio das águas no Lago Grande de Maricá. Para Mello e Vogel, trata-se de um ritual marcador de um tempo cíclico que se perdeu com a abertura do canal permanente de Ponta Negra, em 1951. Herdeiro da ideologia do higienismo, dos fluxos rápidos e contínuos, contra qualquer estagnação, o canal permanente inseriu o sistema de lagoas “no tempo linear histórico, separando, de vez, o *antes* e o *depois*” (: 372).

Nas conclusões, “O sonho do etnógrafo”, o lugar de fala volta a ser o do pesquisador de campo. Aquele que construiu com os pescadores de Zacarias sua genealogia de seis gerações, a partir dos pais e tios de Juca Tomás. Ao leitor será sugerido que o sistema lagunar de Maricá pode ser visto como um “patrimônio comum”, afeito a um processo de “gestão coletiva” no qual “diversos pontos de vista se confrontam e dialogam, para se incorporarem, em maior ou menor grau, à decisão final” (: 374).

A questão central do drama que o livro descreve é focada no povoado de Zacarias: o acesso aos lugares. Acesso de quem e a quais lugares. O confronto de uma visão tradicional, representada pela Aldeia dos Irredutíveis e uma visão moderna, cujo ícone era a Cidade de São Bento da Lagoa.

O sonho do etnógrafo foi alcançar seu *phármakon*, seu descanso. Seu sonho é o sonho de muitos antropólogos. Conseguir resgatar sua dívida para com aqueles com quem conviveu, conquistar o sentimento de dever cumprido e que suas interpretações possam ser vistas como provas.

Não tenho dúvidas de que nesse livro Marco Antonio Mello e Arno Vogel passaram nas provas e são merecedores de um autêntico descanso, não apenas em sonho, mas também na certeza da satisfação e do prazer que provocam em seus leitores, ao levá-los a percorrer o “caminho de América”, a encontrar nas margens do Lago Grande, a Gente das Areias, a pesca lacustre e a lavoura do pescador.